



Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM Belo Horizonte, ano 17, n. 61, jul./set. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Elementos Fundamentais do Tombamento
Ana Teresa Ribeiro da Silveira
- ◆ Planejamento Urbano e Qualidade de Vida – Da Constituição Federal ao Plano Diretor
Mariana Senna Sant'Anna
- ◆ A funcionalização dos institutos do direito de vizinhança no Código Civil de 2002
Paula Moura F. de Lemos Pereira
- ◆ Contextualização histórica do direito urbanístico: de Portugal ao Brasil atual
Pedro Luciano Colenci, Celso Maran de Oliveira
- ◆ *Competência Constitucional em Matéria de Urbanismo*
Rafael Augusto Silva Domingues

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **•Supremo Tribunal Federal**
Processo Civil – Constitucional – Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar Ação Civil Pública em defesa de interesses difusos – Manutenção do funcionamento de creches e escolas infantis da rede municipal – Artigo 134 da CF 1988 – Discussão acerca da constitucionalidade do artigo 5º, inciso II da Lei nº 7.347/85, com redação dada pela Lei nº 11.448/07, e do artigo 4º, VII e VIII da Lei Complementar nº 80/94, com as modificações instituídas pela Lei Complementar nº 132/09 – Repercussão geral reconhecida – Assentada a tese de que a Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de Ação Civil Pública que vise a promover a tutela judicial de direito difusos e coletivos de que seja titulares, em tese, pessoas necessitadas
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Ação Civil Pública – Improbidade administrativa – Prefeito municipal – Contratação de servidores temporários sem concurso público – Amparo em legislação municipal – Ausência do elemento subjetivo (dolo) – Artigo 11 da Lei nº 8.429/92
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Administrativo e Direito Civil – Recurso Especial – Responsabilidade civil – Pretensão indenizatória formulada pela União contra Prefeito eleito que teve o registro de sua candidatura posteriormente indeferido pela Justiça Eleitoral –

Ressarcimento dos gastos decorrentes da eleição suplementar – Garantia do livre acesso à Justiça – Exercício regular de direito – Artigo 188, I do Código Civil – Inexistência de ato ilícito

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo – Ação Civil Pública – Concessão de transporte coletivo municipal – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) – Acessibilidade – Reconfiguração dos ônibus para reserva de assentos preferenciais antes da roleta – Responsabilidade operacional e legal da concessionária pelos serviços públicos prestados quanto à adequação, eficiência, segurança e continuidade – Artigo 22, caput, e parágrafo único do CDC – Alegações de necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato – Não demonstração

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Convênio
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Licitações e Contratações Públicas
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Responsabilidade Civil do Estado

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Constitucional
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Ocupação Urbana